



COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Síntese de Audiência

Dia: 19 de Outubro de 2011

Hora: 16h00

ENTIDADE: Frente Sindical da Administração Pública (FESAP), representada pelos Senhores Jorge Nobre dos Santos, Joaquim José Abraão, Manuel José Frade, Ricardo Serrano e Ricardo Freitas

ASSUNTO: Proposta de Lei n.º 15/XII - *Procede à quarta alteração à Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, modificando os procedimentos de recrutamento, selecção e provimento nos cargos de direcção superior da Administração Pública*

Recebidos pelos Senhores Deputados Paulo Batista Santos (PSD), Vice-presidente da Comissão, Maria das Mercês Borges (PSD), Isabel Santos (PS), Vera Rodrigues (CDS-PP) e Pedro Filipe Soares (BE)

Síntese dos Temas Abordados:

A audiência durou cerca de 30 minutos, durante os quais os audientes expuseram as suas principais ideias acerca da Proposta de Lei (PPL) n.º 15/XII. Focaram, em especial, os pontos que, na opinião do Sindicato, deveriam ser aperfeiçoados na fase de apreciação da iniciativa na especialidade, reiterando os argumentos já aduzidos aquando do contributo entregue ao Governo na fase de elaboração da PPL, e que pode ser consultado no dossier da iniciativa, na página da Comissão no sítio da internet da Assembleia da República.

Procederam, ainda, à entrega de sugestões pontuais à iniciativa, documentação que pode ser consultada no registo da audiência¹.

¹ <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleAudiencia.aspx?BID=91326>



COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Para além do tema central da audiência, a FESAP abordou a questão da crescente degradação das condições de trabalho e salariais da Administração Pública, cujos trabalhadores são essenciais ao seu funcionamento. Neste contexto, foram focadas algumas das medidas constantes do Orçamento do Estado para 2012.

Terminada a exposição inicial, a Senhora Deputada Isabel Santos (PS) pretendeu saber a opinião da FESAP sobre a não seriação dos concorrentes no concurso de provimento de cargos superiores, bem como quanto à norma que determina que os governos em gestão corrente não podem fazer provimentos de cargos dirigentes.

No que concerne às condições dos trabalhadores da Administração Pública, concordou com a sua indispensabilidade e afirmou que o PS acompanhava, genericamente, as preocupações com a perda de poder de compra dos referidos trabalhadores.

A Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) indagou como entendiam os audientes que a Proposta de Lei em análise poderia ir mais longe, em termos de transparência, na medida em que se previa já a existência de duas comissões (uma de recrutamento e selecção e outra de fiscalização), bem como a vinculação dos dirigentes seleccionados a uma carta de missão. Reiterou as opiniões expressas, quer pela FESAP, quer pela anterior oradora, no que concerne à qualidade e empenho dos trabalhadores da Administração Pública.

Quanto à intervenção da Senhora Deputada Vera Rodrigues (CDS-PP), foi no sentido de sublinhar que a iniciativa em análise visava a despartidarização e profissionalização dos dirigentes da Administração Pública. Assim sendo, pretendeu saber qual a alternativa da FESAP para a consecução daqueles objectivos.

Tomou então a palavra o Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE), que expressou a sua opinião, de acordo com a qual o actual Governo teria um preconceito em relação aos trabalhadores da Administração Pública. Quanto à iniciativa em debate,



COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

manifestou dúvidas sobre a oportunidade da respectiva apreciação, coincidente com o debate orçamental, o que lhe retirava um espaço mediático significativo. Indagou se a FESAP tinha ideia do número de pessoas envolvidas no processo e se considerava que a independência estava garantida.

Em resposta às intervenções dos Senhores Deputados, a FESAP defendeu que toda a Administração Pública deveria ser despartidarizada, e de acesso por concurso, com garantias de respeito pelos procedimentos concursais. Manifestou-se contra o facto de o concurso de dirigentes previsto na PPL não implicar uma ordenação final, corolário normal de um concurso. De acordo com a FESAP, a inexistência da referida ordenação abrirá caminho a desvios dos objectivos de independência de selecção pretendidos.

O Senhor Vice-presidente, Deputado Paulo Batista Santos, encerrou a audiência, explicando que seria elaborado um relatório de audiência que, em conjunto com a documentação entregue pelos audientes, seria distribuído aos restantes membros da Comissão, que não haviam podido estar presentes, por sobreposição de trabalhos parlamentares.

Palácio de São Bento, em 19 de Outubro de 2011

O Vice - presidente da Comissão

(Paulo Batista Santos)